

# INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: CRIANÇAS EM CIRCULAÇÃO OU EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA?<sup>1</sup>

JANE FELIPE BELTRÃO<sup>2</sup>

## RESUMO

Na Antropologia o tema “circulação de crianças” é chave para a compreensão das infâncias. Na Amazônia e, em especial no Pará, as crianças etnicamente diferenciadas, cujas vidas são marcadas por encontrarem-se em situação de violência, dificilmente são referidas. Os depoimentos das meninas, hoje mulheres, em situação de violência foram oferecidos pelas protagonistas dos episódios descritos. Elas foram vitimadas pelas ações de pessoas que praticaram violações e violências de gênero, quando foram tomadas, ainda crianças, para supostamente fazê-las estudar. Entregues por suas próprias famílias, as indígenas e as quilombolas circulavam entre outras famílias que dificilmente as respeitavam. Essas meninas tornavam-se mulheres à força e “pagavam com o corpo” o fato de um dia sonharem em estudar vivendo longe de seus coletivos de origem.

## PALAVRAS-CHAVE

Indígenas; Quilombolas; Circulação de crianças; Violências de gênero; Direitos étnicos

## *INDIGENOUS AND QUILOMBOLAS: CHILDREN IN CIRCULATION OR IN SITUATIONS OF VIOLENCE?*

## ABSTRACT

In anthropology, the theme "circulation of children" is key to understand childhood. In the Amazon, especially in the State of Pará, the topic of ethnically differentiated children, whose lives are marked by finding themselves in situations of violence, are hardly mentioned. The testimonies of the girls, nowadays women, in situation of violence were offered by the protagonists of the episodes described, remembering when they were victimized by the actions of people who committed rape and gender-based violence, in spite of supposedly taking the children to study. Delivered by their own families, indigenous and quilombolas girls circulated among other families that hardly respected them, in this situation the girls became women by force and "paid with their bodies" the price of dreaming of studying and living away from their collectives of origins.

## KEYWORDS

Indigenous; Quilombolas; Children circulation; Gender-based violence; Ethnic rights

---

<sup>1</sup> A versão inicial do presente artigo foi apresentada como conferência de encerramento durante a *V Reunião Equatorial de Antropologia (REA)* e *XIV Reunião Norte e Nordeste de Antropologia (ABANNE)* cujo tema dizia respeito a *Direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimento*, que ocorreu em Maceió/Alagoas, em 22 de julho de 2015.

<sup>2</sup> Antropóloga e historiadora, docente associado à Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus Belém*. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 1 C. Contato: janebeltrao@gmail.com.

*INDIENS ET NOIRS DE QUILOMBOS: DES ENFANTS EN CIRCULATION  
OU EN SITUATION DE VIOLENCE?*

**RESUMÉ**

Dans le domaine de l'Anthropologie le thème « circulation des enfants » est fondamentale pour la compréhension des enfances. Dans l'Amazonie, et particulièrement dans l'État du Pará, ceci est bien abordé mais ils sont rares les références aux enfants des groupes ethniques différenciés, dont les vies sont marquées par des situations de violence. Les témoignages des filles, aujourd'hui des femmes, en situation de violence ont été faites par des protagonistes des épisodes décrits en rappelant des agressions faites par des personnes qui ont pratiqué des violations et des violences de genre, ces mêmes qui les ont pris avec la promesse de les faire rentrer à l'école. Rendus par leurs familles, les indiennes et les filles noires ont circulé entre familles qui ne les respectait pas, qui les ont violés à force et qui les faisait « payer avec leurs corps » le fait d'avoir le rêve d'étudier loin de leur collectivité d'origine.

**MOTS CLÉS**

Indiens; Quilombos; Circulation des enfants; Violences de genre; Droits ethniques

*INDÍGENAS Y QUILOMBOLAS: ¿NIÑOS EN LA CIRCULACIÓN  
O EN SITUACIONES DE VIOLENCIA?*

**RESUMEN**

En la antropología el tema "la circulación de los niños" es la clave para la comprensión de la infancia en el Amazonas, y en especial en Pará, el tema es trabajado, pero las niñas étnicamente diferenciados, cuyas vidas están marcadas por una situación de la violencia, difícilmente se mencionan. Los testimonios de las chicas, ahora mujeres, en situación de violencia fueron ofrecidos por las protagonistas de los episodios descritos, para recordar cuando fueron víctimas por las acciones de personas que cometieron violaciones y violencia basada en género, a pesar de supuestamente llevar a las niñas para estudiar. Entregues por sus propias familias, las niñas indígenas y quilombolas circularon entre otras familias que difícilmente las respetaban y las niñas se convertían en mujeres por la fuerza y "pagado con el cuerpo" el hecho de un día soñaren en estudiar viviendo lejos de sus colectivos de origen.

**PALABRAS-CLAVE**

Indígenas; Quilombolas; Niñas en circulación; Violencia basada en género; Derechos étnicos

## CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS

A noção referente a circulação de crianças diz respeito a movimentação de forma contínua de meninas e meninos entre famílias de origem e destino e/ou de adoção. Na Amazônia, especialmente no Pará, a circulação de crianças é prática antiga, vinda dos tempos coloniais, quando crianças de origem rural, sobretudo indígenas e quilombolas, cujos pais “seduzidos” pela possibilidade de oferecer estudos aos/as filhos/as, entregavam as crianças para serem criadas “como da família” para outras famílias com quem mantinham alguma ou nenhuma relação. Com o tempo, as crianças se transformavam em “crias da casa”, agregadas como quaisquer outras pessoas e o/a suposto/a benfeitor/a, torna-se algoz.

A circularidade de crianças é prática encontrada entre muitos povos indígenas e entre comunidades quilombolas, como parte da rede de solidariedade entre os grupos, com algum ou nenhum parentesco, pois as crianças são responsabilidade social de todos/as na comunidade. Nas comunidades indígenas e quilombolas crianças circulam pelos caminhos e trilhas dentro de aldeias e quilombos, perambulam de casa em casa pela comunidade, quase sempre sob os olhos atentos de alguém. Exploram o território do grupo de pertença e aprendem a observar as regras do grupo e a agir dentro dos padrões culturais adotados. Muitas vezes, as crianças permanecem em casa de parentes, sem que a ação cause maiores preocupações aos adultos do coletivo. As andanças integram o aprendizado do “ser criança” e de usufruir de autonomia.

Talvez, a livre circulação de crianças em suas comunidades e a impossibilidade de avançar nos estudos em seu local de origem, tenha autorizado os pais a se “deixarem enganar” pelas pessoas que supunham de boa fé, algumas vezes parentes “de longe”, outras vezes eram madrinhas e padrinhos, tomados como afins para as crianças, que manifestavam desejo de “levar embora”, para estudar na cidade grande, e assim oferecer uma “vida melhor” às parentes.

Quando a Antropologia passou a tomar crianças como sujeitos e interlocutoras,<sup>3</sup> muitos trabalhos foram feitos, alguns deles dedicados às crianças que circulavam entre as classes populares e, mesmo entre camadas médias, muitos dos quais pensando na adoção destas crianças e nos laços estabelecidos entre elas e a família de destino, compreendendo dinâmicas familiares em espaços urbanos.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Sobre Antropologia e crianças que, apesar de integrarem as preocupações dos antropólogos/as e merecessem registros, especialmente em sociedades etnicamente diferenciadas, não se apresentavam como foco central nos estudos, segundo informa, Nunes (2002). Para conhecer o lugar das crianças nos textos sobre sociedades indígenas, consultar Lopes da Silva, Nunes e Macedo (2002).

<sup>4</sup> A respeito do tema, consultar os estudos feitos por Fonseca (1995, 2000 e 2013), Sarti (1996), Motta-Maués (2004, 2009, 2012a e 2012b) e Schuch *et alli* (2013) que tratam a questão da circulação pela

Entretanto, parece inédito o fato de que por trás da perspectiva de adoção muitas indígenas e quilombolas crianças, viveram verdadeiros dramas que compreendem violações e violência, associadas a racismo e à discriminação de gênero, nas famílias de destino, com poucas possibilidades de volta à família de origem. Salvo engano, pouca atenção, a Antropologia prestou à circulação de meninas, considerando as relações interclasses, marcadas por manifestações de discriminação étnica e racial.

A discussão que aqui se faz toma inúmeros registros históricos e depoimentos de protagonistas que escutei ao longo de mais de 15 anos de trabalho entre comunidades indígenas e quilombolas. Ao tratar da vida em aldeias e comunidades ouvi e registrei depoimentos espontâneos sobre as crianças “apartadas”, por razões diversas, de suas origens.

Na verdade, o rompimento do silêncio, registra fatos que as protagonistas consideram injustos os quais de alguma maneira continuam a informar a luta pelo reconhecimento de direitos que lhes foram negados no passado e hoje ainda não estão consolidados. A violência ainda enlaça e aprisiona as mulheres que integram estes coletivos, apesar de empreendem agências diversas para livrarem-se das situações de violência.

## NARRATIVAS SILENCIADAS

Duas narrativas se destacam, entre as muitas referidas nas conversas que se manteve, a primeira pertence à Justina, uma respeitada líder indígena; e a segunda à Vitória, quilombola líder do movimento de mulheres quilombolas. Justina sentada à soleira da porta em meio a muitas conversas, foi enveredando pelos segredos que manteve guardados com cuidado, disse ela com a voz pausada e grave.

*... Fui entregue por minha mãe à minha madrinha. Senhora fina e de bons modos que disse à mamãe que me levaria para estudar. Lá fui eu menina quase moça, era bem nova, tanto que as regras [menarca] nem tinham descido. Chegando na cidade, ainda era férias da escola. Assim fui colocada para ajudar na casa. Fazia de um tudo, mesmo sem saber e tinha que acertar, pois a madrinha resmungava e apontava o “favor” para estudar. O trabalho não molestava tanto como a infelicidade de ter que aturar os abusos do marido da madrinha. Um dia limpando um depósito de velharias [objetos sem importância, quebrados e amontoados] que juntava ratos e baratas, estava bem entretida cuidando de limpar e varrer, quando ouvi um barulho de passadas fortes, dando pesadas [andar forte ou chute com os pés de forma pouco educada] não é que era o tal marido. Fiquei “em nervos” ele tentou me agarrar e já foi pegando nas minhas partes [genitália] a mão pesada entrava em mim, eu gritei, mas quem escutaria? Daí tive uma ideia, disse pra ele que a madrinha ia chegar. Falei que ela não poderia vê-lo assim, sem calças ... podia desconfiar. Ele se assustou e eu danei a correr, estava ensanguentada. Corri pro mato, eu era ligeira. Ele foi atrás e me possuiu, eu nem tinha regras, fiquei pelo chão. Parecia um cavalo, resfolegava no meu pescoço. Na confusão a madrinha chegou e como viu tudo aberto e a vassoura por lá, “danou” [insistiu] a me*

---

ótica do compartilhamento e da adoção não formal de crianças e jovens, entretanto, as autoras não discutem, nos referidos trabalhos, as relações ocultadas e violentas que aqui se descreve e problematiza.

*chamar. Nem sei mais o que inventei pra ela, só sei que não podia dizer, ela não acreditaria em mim. E assim a vida foi embolando, não fiquei “buchuda” [grávida] por que “não era moça” [não tinha passado pela menarca]. Fiquei triste e adoeci e antes que a escolha abrisse, fui devolvida. Foi a sorte ter ficado doente.*

*Depois de meses chegou uma professora e diretora de uma escola na cidade, “à procura de meninas pra ajudar” era assim parecia música que repete, e encantava minha mãe, que logo disse ela só vai se der o estudo pra ela. Eu pejejo [luto] demais e aqui não tem escola. Essa professora, via o meu trabalho na casa da madrinha [onde estive antes] e dizia alto “esta menina vai ser minha”. Eu ficava com raiva dela. Mas minha mãe pensando o melhor e vendo que ela era professora me deixou ir.*

Uma vez mais a experiência de estudar fora da aldeia deu errado e Justina pensativa olhando os netos que ensaiavam uma dança indígena, ao largo, continuou:

*... hoje, os tempos são outros, as crianças têm mais anos de escola, se quiser estudar saem mais “taludinhos” [crescidos], foi muita luta! Para estudar no tempo dos antigos era dificuldade muita. Faltava livro, caderno e só se contava com a cabeça. Tinha que fazer farinha pra vender. Eu juntava papel para “costurar caderno” foi duro e como eu não tinha isso de material de escola, era luta aqui e na escola. Lá os colegas se riam de mim porque eu não tinha livro nem caderno, eu enganava, mas fui estudando e sempre procurei esconder essa condição de pobre. Ser pobre é lutar pra ser gente, mas nós índias lutemos mais, muito mais!*

Ao associar estudar à violação e violência o drama vem à tona, os olhos de Justina, agora marejados pelas lágrimas refere, mais um pouco, a vida “dificulitosa” que não se dissipava nem com a luta. Justina se “embolou” [andou] de casa em casa, muitas foram as mulheres de boa fé que ficaram de tomar conta dela, enquanto estudava. mas como ela diz: só achou trabalho e abusos.

Os abusos sexuais não cessaram e se repetiam a cada nova casa onde tentava estudar.

*Mudar de casa, não resolvia. Menina nova ninguém respeita. A senhora acredita que tudinho na casa era abusado, quanto mais eu evitava aqueles homens, mais e mais eles me procuravam, me perseguiam. Num tinha conversa, eles pareciam cachorro de rua, me apanhava no dente e me rasgavam, era frente e trás. Um deles me encurralou contra a parede e até rosnava, rasgou minha roupa no dente, fiquei “nuinha, nuinha” [totalmente nua, sem roupa]. Tinha vergonha, pois se eu contasse ninguém acreditava, quando podia me escondia. Eles num respeitavam nem as mulhê deles, ia me respeitar. Eu lutava só. Chorava dia e noite, até que mais mocinha fugi e deixei os estudos pra trás. Preferi não “desasnar” [permanecer como asno, burra] para não me vira quenga [prostituta].*

A narrativa de Justina parece impar, mas não é. Revirando os registros muitas outras histórias vieram à tona. Algumas narrativas parecem repetidas pela semelhança que guardam, mesmo quando o medo ou o recato acomete as senhoras que evitam revelar a identidade do agressor.

Algumas indígenas, enquanto narravam pareciam “reviver” os momentos de dor e, ao informarem sobre os insultos ditos a elas, pode-se identificar o racismo que acompanha os atos. É Justina que informa ter sido chamada de: “índia suja”, “quenga do mato” que “não serve pra nada nem pra se esfregar”, “Raça péssima” que merece “morrer debaixo de peia” [muita pancada].

Vitória, liderança quilombola, indica situações semelhantes àquelas narradas por Justina. Imagino que se pudessem trocar ideias as situações “puxariam” da memória muitos e muitos casos. Mas o diálogo, aqui estabelecido, me mantém como mediadora pela impossibilidade do encontro entre Justina e Vitória.

Menina, Vitória veio à cidade grande acompanhando a mãe que estava enferma. Em Belém, abrigaram-se na casa de uns parentes distantes, mas acolhedores. Enquanto a mãe recebia tratamento, a menina pagava a hospedagem ajudando nas tarefas domésticas, a ação agradou em muito a parente da mãe, a tal ponto de que ao se restabelecer Dona Corina permitiu que a filha permanecesse na casa. Dona Elvira “seduziu” a parente com a promessa de garantir os estudos de Vitória. E assim a menina foi “dada” à Elvira.

A parente acolheu bem Vitória, colocou-a na escola, mas a menina só se livrava do trabalho doméstico enquanto estava na escola. Tempo para realizar tarefas e estudar não faziam parte da rotina. E assim se passaram uns dois anos, se muito. Após o que Elvira se revelou. Ela era gerente de um bordel e as meninas que passavam pela sua casa, “dava tempo” para tornar-se quenga, como informou Vitória.

Com pouco menos de 14 anos Vitória foi leiloada no bordel, conta a protagonista:

*... como eu era moça virgem, devo ter sido vendida por bom preço. Na época não me apercebi. Era dia de ir à escola, Dona Elvira me deu uma roupas estranhas, muito justas, deixavam meu corpo tal qual retrato, à amostra. Ela disse que vinha um senhor me buscar, por que a aula ia ser longe de casa. Achei um tanto esquisito, assim ... pensei a professora não disse nada. Duvidei, mas fui. Minha senhora o homem pequeno, assim meio atarracado [usando roupas apertadas por demais], vermelho, parecendo um porco baié [gordo demais], mas educado. Ele me ajudou a entrar no automóvel, carro bonito. E assim fomos, em silêncio, eu vi que ele não pegou o rumo da escola, perguntei e ele disse que a aula era num sítio mais longe. Garrei à maginá [fiquei imaginando]. Ao chegar no sítio, não tinha viva alma, tremi de medo, mas ele falou vamos esperar, devem estar chegando. Acho que de preta fui ficando branca de medo e meu pressentimento se confirmou. Entramos, ele foi buscar uma garrafa que não era de água, disse que era pra acalmar a sede e esperar. Bebemos, era bom docinho e só vi as coisas rodando. Lá pelas tantas, ele disse pra eu tirar a roupa, eu lutei e não tirei, mas meio tonta ele pulou sobre mim e rasgou minhas roupas, entrou em mim me rasgando e dizia: “paguei caro, vou te rasgar”, “preta safada”, pensa que me engana na mata vocês “lambem rola”, aprendem cedo, vamos, quero explodir [gozar] na tua boca.*

Vitória parou, olhou pros lados e disse:

*... daí pra frente, não estudei mais. Como era brava e lutava, os estupros eram todo dia, eu ficava exausta, hoje, sei que chama assim, aprendi nas oficinas. Eu lutava, tanto que só os mais valentes me enfrentavam. Sofri, teve dia de dois três entrar na dança, eles me prendiam e me usavam. Eu fugi, depois de um tempo, nem sabia onde estava, pra falar a verdade, nem lembro quanto tempo passei nessa vida. Consegui voltar e agora tenho cuidado dobrado com as meninas para que não aconteça o mesmo.*

A conversa prosseguiu noutro rumo e Vitória, apesar das muitas vezes que nos encontramos não mais referiu os fatos do passado. Observei que ela tinha verdadeiro desvelo com as meninas e um dia disse, sabe dona: “... descobri que se faz o mesmo com menino

homem, .é um horror. E mesmo menina mulher passa pela mão de outras mulhê e, também, de homê misturado com mulhê. A luta hoje é cruel !

Jamais perguntei algo sobre silêncios à Justina e à Vitória, mas lembro da dor e do sofrimento expresso nos depoimentos e, me surpreendi sempre, porque não se faziam de vítimas, falavam em lutar e em proteger crianças e jovens.

### LUTAS SEM FIM

Observe-se que apesar do sofrimento e da gravidade do tema, Justina e Vitória não esmorecem, estão na “luta”! A expressão nativa “luta classifica e organiza as ações cotidianas e os enfrentamentos, tanto nas aldeias, como nos quilombos. Quanto mais difícil a situação maior é o esforço das pessoas envolvidas nos conflitos. Nos coletivos indígenas e quilombolas, se “luta”: (1) pela terra, enquanto território; (2) para requisitar a pertença, quando esta foi negada pela homogeneização; (3) contra à discriminação étnico-racial, sexual e de gênero; entre muitos outros problemas endêmicos entre povos etnicamente diferenciados e que, em alguns momentos, tornam-se epidêmicos e devastam as comunidades, e muitas vezes só se consegue afastá-los com enorme dificuldade. A categoria nativa “luta” corresponde a um eterno combate que “arruína e corrói” ultrapassando em muito o sentido de “etapa de guerra”, qualquer que seja ela. É um combate “sem fim” contra os poderosos que estão entorno dos territórios indígenas e quilombolas.

Combater o poder corresponde a soltar-se das “malhas” em articulação tecida no cotidiano da “luta” que no caso da circulação de crianças em áreas urbanas requer escola e condições de vida adequadas. No caso das mulheres de ontem e de hoje implica ter acesso à igualdade de gênero e tentar eliminar a discriminação de gênero dentro e fora de seus territórios de pertença, porque as relações inter-étnicas são marcadas pelas assimetrias.

As narrativas de “luta”, sublinhadas por Justina e Vitória, contemplam embates tanto contra os homens não-indígenas e não-quilombolas; como contra indígenas e quilombolas – muitas vezes seus/suas parceiros/as de vida, pois são pais, mães, maridos e irmãos – que desrespeitam os direitos das mulheres desde a mais tenra idade.

Assevero que as narrativas parecem incriminar, apenas, os “outros”, mas na performance da narrativa as protagonistas deixam entrever uma certa mágoa de terem sido “dadas para criar” a terceiros. Chamo atenção para o “apagamento” ou esquecimento premeditado de queixas, destas mulheres, em relação aos seus/suas parceiros/as de vida. Talvez, o esmaecimento, diga respeito a necessidade de entre pares, o esquecimento seja, também, estratégia de “luta”, uma vez que devem se fortalecer para frente maior de embate.

Procuro dar a conhecer verdades esmaecidas com/pelo/no tempo para melhor observar as entranhas das tensas relações dentro do grupo étnico e para fora dele. Há

marcadores sociais da diferença bastante explícitos, de gênero, de hierarquia, de classe os quais são permeados pela “abominação” do outro em face do racismo.

## CARDANDO OS FIOS EM MALHA

A partir dos casos, faz-se necessário entrever as correlações sobre o “levar” crianças e jovens tomadas de seus pais por ações aparentemente filantrópicas, como “ajuda a pobres” para estudar. Puxar os fios que não foram suficientemente cardados é uma imposição, é preciso urdi-los produzindo uma trama que permita ver mais longe. Sabe-se que, nos dias de hoje, há conotações insuspeitas para os/as membros de coletivos tradicionais. E circulação de crianças e jovens, talvez tenha relação com tráfico de vulneráveis e “doação” de órgãos, conexões que precisam ser seriamente exploradas.

Chamo atenção, inicialmente, para relação interclasses que pressupõe assimetrias e subalternidades. Infere-se que gênero/classe estão entre os marcadores sociais da diferença, apontados pelas mulheres indígenas e quilombolas entregues (talvez, a categoria correta seja sequestro branco) a pessoas (mulheres) pertencentes às camadas médias do mundo rural ou urbano, usando “estudo” como argumento de sedução ou convencimento. Há problemas não sanados que se apresentam sem respostas ou talvez cada caso tenha uma resposta específica. Qual o interesse das mulheres que oferecem “ajuda”? Ao oferecer ajuda, elas fazem por vontade própria ou são obrigadas por comparsas? São essas mulheres vítimas em uma quadrilha? Será que a prática de “sequestro branco” – sob forma de apoio – se mantêm porque quilombolas e indígenas possuem dificuldade de se aperceber dos “jogos”? Ou dentro das comunidades há pontos da quadrilha? Será essa a roupagem nova das velhas práticas do etnocídio e do genocídio? Podem, estas práticas que se perpetuam desde a Colônia, estar associadas a outras formas de crime? Foram estas meninas unicamente estupradas? Será que o estupro é uma das formas de submissão ao tráfico de pessoas ou de órgãos? Tipo primeiro passo? Para responder a estas interrogações seria necessário ter dados quantitativos, embora os dados que tenho sejam qualitativamente eloquentes, não são suficientes para oferecer certezas, permanecemos no campo das conjecturas.

Os marcadores gênero/etnia/raça, também se fazem presentes, considerando que as meninas passam a integrar esquemas de “redes de aliciadores/as”, pois são “entregues” a agentes sociais, envolvidas em mercado de “mão-de-obra” e/ou “mercado da prostituição”.

O trabalho doméstico executado pelas “crias” em “casa de família” é porta aberta às formas assemelhadas ao trabalho escravo, uma vez que ao ser realizado em ambiente privado permanece distante dos olhos da fiscalização. Penso que algumas outras correlações permitem indicar o desrespeito às pessoas étnica e racialmente diferenciadas desferindo golpes fatais à dignidade humana e ferindo frontalmente os direitos étnicos e humanos, pois



atingem a moral das indígenas e quilombolas quebrando-lhes a espinha dorsal de suas possíveis resistências.

Voltemos às narrativas. Os violadores das meninas indígenas e quilombolas ao usarem as expressões: “índia suja”, “quenga do mato” informando enquanto as consumiam via estupro que “não serve pra nada nem pra se esfregar”, demonstram o desprezo e o racismo vigente entre os não indígenas em relação aos povos indígenas.

Insultos idênticos foram disparados contra a menina quilombola, durante a situação de violência à qual foi submetida, tendo o agressor identificado a violentada como pertencendo a “raça péssima” que merece “morrer debaixo de peia” [muita pancada]. Além de alardear que “pagou caro” como se ela fosse mercadoria, sob ameaça de “vou te rasgar preta safada”, referindo um suposto aprendizado pouco convencional e desmoralizante ao chamá-la “lambe rola”, que merece ter a “boca cheia de porra”.

As expressões são mais que insultos, correspondem a depreciações étnico-raciais que expressam manifestações de intolerância étnica e racial contra povos tradicionais (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014) sejam eles indígenas e/ou quilombolas, que são exacerbadas, mas encontram-se disseminadas e enraizadas nas relações inter-étnicas estabelecidas na Amazônia, em especial no Pará, muitas das quais se voltam contra mulheres que se veem envolvidas em situações de violência que associam racismo à discriminação de gênero.

Outra correlação presente nas relações sociais, apontadas nos depoimentos, diz respeito a gênero/geração. As meninas que protagonizaram os eventos, eram jovens e foram violadas por pessoas mais velhas. Pertencem a gerações diversas e com enormes diferenças de idade. Nos casos apresentados, o estuprador corresponde a geração dos avós e dos pais das meninas, em ambos os casos, mediados por pessoas que pertencem à geração dos pais das vítimas. O estupro, nestes casos, não corresponde apenas a violação do corpo de meninas, que seria muito. Os atos são exercício de poder que massacra, diz muito da hierarquia social e da subordinação de classe, que inferioriza e produz marcas indelévels na pessoa e no grupo de pertença.

O “sequestro branco” que culminam em estupro e prostituição além de comprometerem mortalmente a autonomia sexual e o exercício pleno da sexualidade de meninas vitimadas, as quais pertencem a coletivos étnica e racialmente diferenciados, significa sujeição a esquemas coloniais que, via relações de poder assimétricas, produz intimidação e atinge o grupo de pertença das pessoas violadas, produzindo desorganização social nos grupos domésticos que têm seus membros “sequestrados” por terceiros e violados.

Faz-se necessário observar que Justina e Vitória se dão conta do tamanho da violência perpetrada contra elas. Observa-se que ao descrever não repassam apenas sofrimento e dor, elas analisam seus algozes do ponto de vista da ausência de humanidade em ambos, revelando

a atrocidade de seus atos e a selvageria dos mesmo ao equipará-los aos animais: Justina se refere aos algozes como “cavalo resfolegante” e o outro como “cão de rua” que rosnava ameaçador. Enquanto, Vitória nomina os estupradores um como “porco baié”. As denominações parecem amenas diante do que passaram, mas ao pensar nos insultos, temos a impressão de que hoje elas os animalizam como forma de responder ao ódio racial que assacaram contra elas, apontar a “animalidade” como diferença fundamental entre os seus coletivos de pertença e a sociedade colonial que não desapareceu como pensam alguns. Quando Justina conta que preferiu não desasnar ou não desemburrar, informava que se estudar implica em se animalizar, ela prefere continuar humana sem estudar. Na verdade, elas delimitam a humanidade de seus grupos de pertença, ao apartar os algozes pela não humanidade, comparando-os a animais desprezíveis que resfolegam, reviram lama e vivem pela rua.

O silêncio forçado ao qual foram submetidas Justina e Vitória trata-se de questão de sobrevivência e ao cardar a denúncia tentam produzir no tear a trama de alianças e muita movimentação social nas quais se inserem. Nossas interlocutoras fizeram de suas sagas o início do movimento social em seus territórios de pertença. E, hoje, apesar das dores do passado, são protagonistas de movimentos quilombola e indígenas em busca de cidadania e direitos diferenciados. No passado a dor as imobilizou, na atualidade alimentam o tear com os fios que cardaram ao longo do tempo.

O caminho político apresentou-se, como o algodão sujo e cheio de nós, exigindo muita cardagem por parte das protagonistas, mas a coragem com que agem compreende algum sucesso, qual seja, apanhar e prender nas malhas do tear o produto que reivindicam: direito à diversidade! Creio que as meninas outrora intimidadas, tornaram-se empoderadas, com relativo espaço político à ação que se fortalece em função da participação que, mesmo limitada, possibilita o esgarçamento e algumas vezes o rompimento com as relações de opressão, discriminação e dominação social à qual teimam, com muita garra, não se submeter.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo, Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Lucro, cuidado e parentesco Traçando os limites do "tráfico" de crianças. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. v. 13, 2013, p. 259-269.

LOPES DA SILVA, Aracy, NUNES, Angela e MACEDO, Ana Vera (orgs.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo, Global/FAPESP/Mari, 2002.

MOTTA-MAUÉS, M. A.. Na casa da mãe/na casa do pai: anotações (de uma antropóloga & avó) em torno da circulação de crianças. **Revista de Antropologia (USP)**. São Paulo, v. 47, nº. 2, p. 427- 452, 2004.

MOTTA-MAUÉS, M. A.; IGREJA, Daniele G. L. ; DANTAS, L. M. S. . De Casa em Casa, de Rua em Rua... Na cidade: circulação de crianças? hierarquias e espaços sociais. **Antropolítica (UFF)**. v. 26, p. 63-82, 2009.

MOTTA-MAUÉS, M. A.. Uma mãe leva a outra (?): práticas informais (mas nem tanto) de "circulação de crianças" na Amazônia. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo & MACIEL, Maria Eunice. (Orgs.). **Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias**. Belém: L&A Editora, 2012, p. 285-315.

\_\_\_\_\_. Uma mãe Leva a Outra (?): Práticas informais (mas nem tanto) de "circulação de crianças" na Amazônia. **Scripta Nova**. Barcelona, v. XVI, p. 1-22, 2012b.

NUNES, Angela M.. O lugar das crianças nos textos sobre sociedades indígenas. In: Lopes da Silva, Aracy; Nunes, Angela M. & Macedo, Ana Vera Lopes da Silva (orgs.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo, Global/FAPESP/Mari, 2002, p. 236-277.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Metáforas naturalizantes e violência interétnica na Amazônia contemporânea: memórias do terror e instrumentos da etnografia. In: Rodrigues, Lea Carvalho & Silva, Isabelle Braz Peixoto da (orgs). **Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico**. Fortaleza, ABA publicações, 2014, p.73-92.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo, Autores Associados, 1996.

SCHUCH, Patrice, RIBEIRO, F. B. & FONSECA, Claudia. Infâncias e Crianças: saberes, tecnologias e práticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. v. 13, p. 205-220, 2013.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BELTRÃO, Jane Felipe. **Corpo Presente: representações de saúde entre quilombolas e políticas públicas**. Belém, UFPA, Chamada: Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT 26/2006. Processo Nº. 409794/2006-6, 2010.

BELTRÃO, Jane Felipe; SCHAAN, Denise P.; & SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Patrimônio, Diversidade Sociocultural, Direitos Humanos e Políticas Públicas na Amazônia Contemporânea – Chamada CT - AÇÃO TRANSVERSAL / Chamada Pública MCT/CNPq/MEC/CAPES - Ação Transversal nº 06/2011 - Casadinho/Procad, processo Nº. 552279/2011-0, 2011.**

**BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas e quilombolas mulheres em situação de violência: diversidade sociocultural, Direitos Humanos e Políticas Públicas na Amazônia – Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N°. 32/2012, processo N°. 405039/2012-3, 2012.**

**BELTRÃO, Jane Felipe. Antropologias em Histórias Tembé/Tenetehara “em suspenso”. Pertencas ocultas e “etnogêneses” identitárias como faces de etnocídio “cordial” no rio Guamá (PA) Edital: Universal 14/2013 - Faixa C - até R\$ 120.000,00. Processo: N°. 472303/2013-9, 2013.**

**BELTRÃO, Jane Felipe. Pertencas ocultas e “etnogêneses” identitárias como faces de etnocídio “cordial”. Antropologias & Histórias “em suspenso” entre os Tembé/Tenetehara no Rio Guamá. (Proposta associada à bolsa de produtividade em pesquisa (nível 1C) do CNPq). Processo: N°. 303027/2013-4/CNPq, 2014. (Inédito)**

Recebido em 27 de julho de 2016.  
Aprovado em 01 de dezembro de 2016.